

Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: em busca de um diálogo no campo dos direitos humanos¹

Dayse de Paula Marques da Silva*

Resumo: A ampliação das políticas públicas de gênero e etnia nos últimos anos, no Brasil, é resultado das transformações que vêm ocorrendo na organização dos Estados no cenário internacional, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), que protagonizou este processo com o lançamento das Metas do Milênio, no início de 2000. A mudança significativa no paradigma econômico estabelecido na perspectiva de um “desenvolvimento sustentável” tem impulsionado estas políticas. A associação do produto interno bruto (PIB) com o acesso da população a direitos sociais básicos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, acesso este quantificado no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – tem provocado inúmeras mudanças nos planos de desenvolvimento econômico em diferentes países, cujo impacto é percebido no mercado de trabalho e nas medidas que as corporações empresariais têm adotado para se adequar ao novo modelo. Garantir acesso a postos de trabalho a grupos sociais vulneráveis como mulheres, etnias discriminadas e deficientes tem sido um critério para avaliar o desempenho econômico em um mercado global, assim como para avaliar formas de gestão governamental, o que tem oportunizado controvérsias e críticas ao modelo de “governança global”. As inovações exigidas pelo novo modelo implicam na apropriação de conceitos e abordagens analíticas pouco comuns nas instituições, órgãos governamentais, empresas e diversos organismos mobilizados para a implantação destas políticas, como a das relações de gênero e etnia. O estudo tem por interesse analisar o potencial de mudança destas políticas no mercado de trabalho e como os mecanismos de formação profissional têm sido atingidos por este processo.

Palavras-chave: mercado de trabalho; relações de gênero; relações étnico-raciais.

Abstract: The expansion of public policies on gender and ethnicity in recent years, in Brazil, is the result of the transformations occurring in the organization of States in the international , on the world backage through the United Nations (UN), who started in this process with Millennium Development Goals in early 2000. A significant shift in the economic paradigm established the goal of a “sustainable development” has driven these policies. The association of gross domestic product (GDP) with the population’s access to basic social rights from the Universal Declaration of Human Rights, Access quantified in this HDI - Human Development Index – has caused numerous changes in plans for economic development in different countries whose impact is felt in the labor market and the measures that corporations have adopted to fit the new model. Ensuring access to employment for vulnerable social groups such as women, ethnic discrimination and disabled has been a criterion for evaluating economic performance in a global market as well as to evaluate forms of government management, which has provoked controversies and criticisms of the model of “global governance.” The innovations required by the new model involving the appropriation of concepts and analytical approaches uncommon in institutions, government agencies, companies and various organizations mobilized for the implementation of these policies, such as gender relations and ethnicity. The study is analyzing the potential interest of these policies change in the labor market and how the mechanisms of training have been affected by this process.

Keywords: labor market, gender, ethnic identities.

Introdução

Este texto é resultado de investigações sobre a formação profissional e a dinâmica instituída no espaço universitário, considerando os grupos de identidade que se organizam e se agregam a partir da distribuição por sexo e cor nas carreiras universitárias. É um fato muito comum, ainda, a distribuição por sexo em carreiras universitárias e um perfil étnico-racial traçado conforme a região e os custos que um curso de graduação exige. As políticas de reserva de vagas que estabelecem o critério de cor e raça para a inserção de alunos na universidade têm alterado este perfil quanto ao fenótipo (cor da pele), mas os estudos que analisam a taxa de sucesso dos grupos favorecidos por estas políticas no mercado de trabalho ainda estão em andamento. É importante observar que têm ocorrido mudanças quanto à distribuição por sexo em carreiras. Entretanto, algumas não se alteram significativamente em sua trajetória histórica.

Este fenômeno tem sido frequentemente ignorado e tem impacto imediato no mercado de trabalho e na ocupação de postos de trabalho, de forma mais direta do que o da configuração de um perfil étnico-racial. No desenvolvimento do projeto foi possível observar que, conceitualmente, as relações de gênero e etnia estão imersas em controvérsias que confrontam permanentemente o que é do campo da biologia e o que é do campo da cultura, isto é, entre o significado “construído” por diferentes *habitus* e a determinação biológica de fenômenos fisiológicos e características diferenciadas em corpos humanos. Muitas vezes estes dois campos de análise do comportamento humano, relações de gênero e relações étnico-raciais têm sido *confundidos* no debate, pois são *apresentados* como um mesmo objeto na perspectiva das ações políticas: grupos vulneráveis, minorias etc. Esta tendência tem favorecido certa “confusão analítica” no momento de propor algumas metodologias para implantação de políticas públicas no campo da formação de identidades sociais.

Neste sentido, as considerações sobre relações de gênero e étnicas, devem ser permanentemente

resgatadas, por meios metodológicos mais rígidos quanto ao que pertence a um e a outro universo de análise. Isto é, não é possível falar de representações sobre o gênero em diferentes culturas sem considerar o modelo binário referente ao sexo masculino e sexo feminino instituído na maioria delas, o que tem uma base na observação das características biológicas do corpo humano. Por outro lado, é difícil remeter a características étnicas, sem considerar principalmente a cultura e menos o biológico, a não ser que o debate esteja centrado no problema da discriminação do outro por características fenotípicas.

O processo de formação de identidade se dá de forma muito diferente no que diz respeito ao sexo/gênero em comparação com o que atinge as características fenotípicas de uma pessoa, quanto à cor da sua pele, tipo de cabelo etc. O fato de ter características fenotípicas semelhantes, não significará que uma pessoa de cor preta, parda, branca ou amarela, se identificará com o movimento pela pureza da “raça” negra, da “raça” ariana, da origem asiática ou da “raça” indígena. Isto não implica imediatamente em que uma pessoa com cor da pele mais escura se identificará com uma cultura oriunda da África ou da Índia. O fato de ser discriminado por apresentar estas características fenotípicas observando-se exercício de poder, revelando-se hierarquias entre grupos de pessoas é o que favorece uma possível identificação de grupo. O fato de nascer sob o sexo feminino ou masculino é um marcador fundamental para a identidade de um indivíduo, de forma mais imediata e abrangente do que a cor da sua pele.

A partir destas ponderações é necessário observar diferenças analíticas fundamentais quanto à formação de identidades com base no sexo/gênero e com base na raça/etnia. As análises das entrevistas realizadas ao longo de 2006, 2007 e 2008 com profissionais que fazem parte de áreas concentradas por sexo e de gravações de oficinas de facilitação da integração universitária para alunos inseridos nestes cursos, revelam isto. As ambiguidades apresentadas nas falas e reflexões em torno dos temas tratados no projeto evidenciam que as relações de gênero

e etnia, no âmbito universitário, necessitam de um investimento mais sistemático e estrutural na formação profissional. Estes temas ainda não são considerados importantes na grade curricular da maioria dos cursos universitários ou se restringem a cursos na área de ciências humanas, conforme a iniciativa de alguns pesquisadores isolados. Houve um aumento de projetos apresentados nas áreas temáticas, mas não um investimento na consolidação de uma formação permanente nos cursos de graduação.

A ampliação das políticas públicas de gênero e etnia nos últimos anos, no Brasil, é resultado das transformações que vêm ocorrendo na organização dos Estados no cenário internacional, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual protagonizou este processo com o lançamento das Metas do Milênio, no início de 2000. A mudança significativa no paradigma econômico estabelecido na perspectiva de um “desenvolvimento sustentável” tem impulsionado estas políticas. A associação do produto interno bruto (PIB) com o acesso da população a direitos sociais básicos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem provocado inúmeras mudanças nos planos de desenvolvimento econômico em diferentes países, cujo impacto é percebido no mercado de trabalho e nas medidas que as corporações empresariais têm adotado para se adequar ao novo modelo. Garantir acesso a postos de trabalho a grupos sociais vulneráveis como mulheres, etnias discriminadas e deficientes tem sido um critério para avaliar desempenho econômico em um mercado global, assim como para avaliar formas de gestão governamental, o que tem oportunizado controvérsias e críticas ao modelo de “governança global”. As inovações exigidas pelo novo modelo implicam na apropriação de conceitos e abordagens analíticas pouco comuns nas instituições, órgãos governamentais, empresas e diversos organismos mobilizados para a implantação destas políticas, como a das relações de gênero e etnia. O projeto tem como interesse analisar o potencial de mudança destas políticas no mercado de trabalho e

como os mecanismos de formação profissional são atingidos por este processo.

A estrutura do emprego evidencia mudanças nas formas de compor e distribuir carreiras. Inova-se em gestão de pessoas, tendendo-se a considerar as políticas de gênero e etnia em sua dinâmica. Ignorar estas tendências pode se constituir em mais uma lacuna que se estende entre a universidade e o mercado de trabalho. Deixar de observá-las limita a compreensão destes fenômenos novos e dificulta uma avaliação crítica destas mudanças diante das relações de trabalho. Inclusive, favorece o risco de uma distorção das propostas de movimentos sociais que legitimamente reivindicam melhores condições para grupos sociais vulneráveis, sem contrapartidas evidentes de sucesso. Várias propostas envolvendo políticas públicas de gênero e etnia foram apresentadas pelo Estado, no Brasil, nos últimos seis anos. Muitas delas evidenciam interfaces com o mercado de trabalho, buscando incentivar o acesso a postos de trabalho para estes grupos considerados socialmente mais vulneráveis, diminuindo os índices de exclusão social. Foram criadas secretarias especiais que tratam destes temas e buscam implantar estas políticas, repercutindo ações nos três níveis de gestão governamental – municipal, estadual e federal. Algumas delas buscam interlocução com as corporações empresariais, buscando incentivar a absorção prioritária destes grupos sociais mais excluídos do mercado de trabalho e por isso, em condições de vida mais precárias.

Neste sentido, a implantação destas políticas estabelece uma dupla expectativa: atender a reivindicações expressas em diversos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, instituir uma gestão governamental que consolide um modelo de desenvolvimento econômico articulado com a dimensão social de suas demandas. A universidade tem sido colocada, frequentemente, no centro destas expectativas como uma alternativa para a veiculação de projetos que afirmem parcerias nesta direção, demanda que as universidades públicas têm tentado responder mais rapidamente. Entretanto, as políticas

específicas de gênero e etnia implicam em uma apropriação conceitual complexa, o que tem se revelado um obstáculo para muitos interlocutores neste processo, cujo enfrentamento se torna cada vez mais necessário. Partindo do pressuposto de que a mudança de paradigma no cenário internacional, do ponto de vista econômico, pode significar avanços nas condições de vida da população brasileira, promover avanços na implantação destas políticas, formando profissionais mais capacitados em executá-las, pode se constituir em uma excelente oportunidade para a universidade pública desempenhar uma das funções que lhe vem sendo reservada – promover a cidadania de forma plena. No entanto, para consolidar estas ações é fundamental que a compreensão deste tema seja viabilizada mais sistematicamente e seja enfrentada sua limitada aplicabilidade em políticas públicas.

Provocando reflexões

Os debates observados nos órgãos, organizações ou instituições que tentam implantar estas políticas indicam, por vezes, alguns equívocos quanto a estes processos. É como se a discriminação de gênero fosse o mesmo que a discriminação étnica, isto é, estes diferentes fenômenos socioculturais apresentariam as mesmas matrizes explicativas. Talvez, por estratégia política, em algumas passagens da luta pela garantia de direitos sociais ou do próprio estado de direito, houve uma aproximação entre o movimento feminista e o movimento negro, fortalecendo-se mutuamente na afirmação de um modelo de cidadania plena. Este fato não minimiza a importância da exploração e interlocução teórica destes temas na compreensão de identidades sociais na sociedade contemporânea como, por vezes, o universo acadêmico parece fazê-lo. Este foi o motivo de pesquisadoras da área de gênero enfatizarem a importância desta aproximação, pois as hierarquias entre homens e mulheres como um fenômeno universal não ocorrem de forma homogênea em diferentes culturas ou momentos históricos. Elas se moldam conforme a diversidade

encontrada no espaço sociocultural analisado. Entretanto, os fundamentos desta cidadania, do ponto de vista político, parecem favorecer uma confusão conceitual entre estas duas fronteiras que conformam o processo de constituição de identidade social.

Considerando a premissa liberal da igualdade e o conjunto de direitos a serem assegurados por uma sociedade democrática, as reivindicações por liberdade, respeito à autonomia e acesso aos bens e vantagens promovidas pela ordem social, econômica e política em vigência, estas duas fontes de valores e identidades – relações de gênero e relações étnicas, praticamente se equivaleriam. Nenhum cidadão pode ser discriminado ou limitado na sua liberdade civil por qualquer impedimento associado ao seu sexo ou à sua cor. Entretanto, para compreender como o gênero conforma a identidade e, por conseguinte, a etnia, faz-se necessário estabelecer algumas diferenças na evolução destes campos temáticos. Estas considerações também auxiliam a compreender melhor as limitações técnicas para a implantação de políticas públicas que se propõem a normatizar problemas sociais relacionados com estes temas (Silva, 2007).

Enquanto as relações de gênero ainda permitem uma margem de explicação do comportamento com base em pressupostos biológicos, há uma nítida rejeição desta abordagem no campo das relações étnicas, sendo considerada discriminatória em si mesma, a matriz genética para avaliação de aptidões ou potenciais humanos específicos com base na variável cor, particularmente, no campo da educação ou no universo profissional². Entretanto, este tipo de argumentação é utilizado para analisar as relações de gênero. Por exemplo, dificilmente, seria sustentada, hoje, como hipótese para a distribuição desigual entre negros e brancos nos cursos universitários de maior prestígio, o fato de algum componente biológico condicionar estas tendências. Neste caso, a alternativa a ser considerada terá uma abordagem histórico-social que enfatizará as limitações impostas para o acesso a estes recursos e, por isso, devem ser corrigidas por meio de políticas de ação afirmativa.

Atualmente é denunciada como racista a tentativa de fazer da abordagem biológica uma explicação para diferenças de desempenho entre pessoas com cor da pele diferente. Entretanto, quanto à concentração de mulheres e homens em determinadas áreas de conhecimento ou o desempenho de determinadas aptidões ainda é possível encontrar algumas associações com teorias genéticas ou argumentos fisiológicos. A menção a atividades profissionais que tenham como característica básica o “cuidado”, que envolvem ações em torno do bem-estar da pessoa humana, da dimensão educativa de uma profissão, da prevenção e ação em saúde etc. tem sido, com muita frequência, associada a formas de fazer e agir, consideradas femininas. Esta tem sido uma justificativa para explicar a concentração de mulheres em áreas que implicam “cuidados”, observada em cursos universitários, mercado de trabalho e, neste, na distribuição por sexo entre as ocupações pouco qualificadas e entre as especialidades técnico-científicas nas mais diversas profissões.

Uma linha de discussão muito valorizada em publicações científicas atualmente é a neurociência, que tem retomado algumas metodologias com forte apelo biomédico, nas quais os avanços reconhecidos da genética têm sido utilizados para explicar o comportamento humano. É evidente o arcabouço biológico das argumentações que buscam explicar diferenças entre homens e mulheres, concluindo sobre tendências na formação da identidade feminina e masculina, a partir de uma base fisiológica (substâncias hormonais, funcionamento do cérebro, aparelho reprodutivo etc.)³. Revisita-se uma metodologia muito semelhante aos primórdios da antropologia física quando, a partir da craniometria e pesagem do cérebro, concluía-se sobre aptidões e níveis de inteligência para negros, brancos, índios, amarelos, homens e mulheres que, na época, estabeleceram hierarquias entre esses grupos. Os cientistas envolvidos com estas pesquisas recentes utilizam, certamente, instrumentos mais sofisticados e asseguram de antemão que as conclusões não implicam ou sugerem qualquer valoração entre

os grupos analisados ou qualquer hierarquia entre eles, o que aconteceu no passado.

Entretanto, o que chama a atenção é o fato destas premissas não serem mais consideradas no âmbito das diferenças étnicas, cuja compreensão privilegia a dimensão cultural ou histórico-social de expressões de grupos com diferentes características físicas. Este fato coloca em xeque o conceito de raça, apesar de sua utilização, como marco de projeção para o movimento negro e as propostas de políticas de ação afirmativa no Brasil, na atualidade. O que podemos concluir é que o conceito de raça é submetido, hoje, a um questionamento que os cientistas que sustentam as hipóteses biológicas para explicar ou justificar aptidões de homens e mulheres não conhecem, talvez, não com tanto índice de rejeição. Isto é, hoje, toleram-se explicações de cunho genético no campo do gênero de uma forma que não encontra paralelo no campo das relações étnicas. Estas tendências instigam uma investigação mais cuidadosa e sugerem que as compreensões destes temas devem assegurar um enfoque e um tratamento diferenciado, principalmente para analisarmos o potencial de ações políticas para a superação de desigualdades.

O conceito de raça

Os avanços dos estudos no campo da genética favoreceram o ocaso do conceito de raça como argumento fundamental na constituição de uma identidade étnica, principalmente, em uma realidade como a brasileira. Este tema coloca duas ordens de questões para se pensar o problema da formação de um grupo por critérios de cor: o biológico como fator determinante e a dimensão cultural como norteadora de valores, afinidades e, conseqüentemente, agrupamento. A partir do questionamento da herança genética como explicação para este fenômeno, pois o sequenciamento do DNA tem demonstrado a presença de diferentes linhagens em um mesmo indivíduo, o conceito de raça nas ciências sociais, entra em colapso definitivamente e, com isso, a própria matriz biológica.

Entretanto, permanece no debate social e político a polêmica quanto à sua utilização ou

não e no rastro do movimento social, recuperam-se as premissas colocadas pela antropologia física do século XIX⁴. Na busca de uma abordagem científica mais segura, essa área de estudos utilizou-se de métodos que garantissem um conhecimento mais objetivo e que demonstrassem as diferenças entre os grupos humanos. Listou as características físicas de um e outro, as diferentes origens histórico-geográficas, mas, principalmente, debruçou-se em desenvolver metodologias que dissecassem (literalmente) sua fisiologia, anatomia etc. relacionando-as com os avanços civilizatórios. Daí começou o problema... Hierarquizaram estas diferenças com base em uma perspectiva etnocêntrica do homem branco europeu e tornaram o que era possivelmente natureza em “poder sobre” a natureza de outros homens.

O que vem delineando as fronteiras no debate contemporâneo, particularmente no Brasil, é a consistência do conceito de raça e certamente isto implica em uma abordagem acadêmica e científica do problema. É possível observar duas posições bem antagônicas: a) os que se baseiam nele para recuperar o potencial de formação de grupos de identidade com consciência da opressão, objetivando superar a discriminação com práticas de organização no campo político; b) aqueles que consideram a própria utilização do conceito uma falácia e uma estratégia equivocada para a superação de práticas discriminatórias no campo das relações étnicas, pois a própria incorporação do conceito de raça, sem uma avaliação crítica e histórica de sua evolução é, por si mesma, discriminatória. O fato do conceito de raça ter como origem as iniciativas da antropologia física que revelam os desdobramentos etnocêntricos de seus estudos pesa nesta rejeição observada na segunda tendência. Uma série de afirmações científicas quanto à impossibilidade de uma origem pura na combinação genética de grupos populacionais coloca a última pedra no túmulo da “identidade racial”. Fica claro que o problema é de fundamento teórico, principalmente, quando está em foco a formação de identidades.

O que algumas vertentes do movimento negro pretendem – a afirmação de uma identidade

negra, utilizando a ideia de raça como base para o seu discurso político –, entra em choque com estes questionamentos, pois se não faz sentido sustentar um conceito derrubado pelas evidências genéticas⁵, como sustentar uma identidade a partir destas premissas? Entretanto é importante assinalar que este não é um problema novo no campo das identidades étnicas, no Brasil. Pode-se afirmar que ele se apresenta a partir das teorias da miscigenação como fator positivo na afirmação do Estado-Nação na sequência histórica Gilberto Freyre-Florestan Fernandes (1930-1950). Configura-se, a partir do reconhecimento da “mistura de raças” no território brasileiro como um fato que favoreceria positivamente uma identidade nacional, em contraponto aos argumentos eugênicos que a consideravam um obstáculo.

A partir do momento em que é abandonada a perspectiva da miscigenação como deterioração de um povo, se inicia um novo momento nas ciências sociais, a partir do qual se busca afirmar uma forma alternativa de ser brasileiro. A riqueza cultural e a possibilidade única para o exercício da tolerância na convivência entre grupos tão diferenciados favoreceriam uma identidade multicultural, o que inviabilizaria práticas segregacionistas como em outros países. Este foi um ponto de muita controvérsia, a partir do estudo de Gilberto Freyre, cujo enfoque nos costumes e cultura tipicamente brasileira recupera assimilações em diferentes campos de análise: arte, culinária, formas de convivência e relacionamentos inter-raciais. Estas prerrogativas foram consideradas uma vantagem para a configuração de uma democracia de fato “multirracial”, com uma harmoniosa convivência entre as diferentes “raças”, conceito utilizado sem os questionamentos apontados anteriormente.

Este pensamento favoreceu um enfoque “otimista” quanto à inexistência de discriminação entre grupos étnicos no Brasil, o que foi contestado por Florestan Fernandes, escolhendo como objeto de análise a situação dos negros em São Paulo. Este autor merece destaque, particularmente pelo seu enfoque na educação como fonte de mensuração de inclusão social

em uma perspectiva sociológica. Florestan Fernandes, em conjunto com Roger Bastide, apresentou uma série de dados que demonstra que a transição de uma sociedade escravocrata de modelo agrário arcaico para uma de molde urbano-industrial foi desfavorável ao negro, em comparação com o branco “nativo” e o branco imigrante. Este processo evidencia os limites para a inclusão deste grupo populacional, constituído a partir da escravidão no Brasil, na sociedade moderna de modelo democrático, onde a educação é um dos principais pilares para a sua afirmação. O autor demonstrou que os negros estavam mal colocados no mercado de trabalho do tipo urbano-industrial, onde se inseriam; com muita desvantagem, no sistema educacional; e praticamente ausentes no seu último nível: o ensino superior.

O interessante no seu estudo é que, além de descortinar os véus da discriminação com base no preconceito, indica a peculiaridade deste processo em nossa cultura, com forte influência da moral católica e marcado pela ambiguidade. Ao mesmo tempo assinala os movimentos de resistência dos negros no Brasil. A partir da contribuição de Florestan Fernandes é possível avaliar que este problema não é novo no Brasil, evidenciando-se desde a década de 1930, quando surgiram os protestos que configuraram o movimento chamado Segunda Abolição. Este movimento marca a contradição do discurso vigente quanto à cidadania e às instituições democráticas do ponto de vista do negro brasileiro.

O autor destaca São Paulo como uma região que merecia ser um relevante campo empírico para a sua análise sociológica, tendo em vista a posição de vanguarda da região na instalação de um modelo urbano-industrial, com forte fluxo de imigração, cuja característica marcante foi a sua qualificação e formação política na perspectiva democrática. Portanto, servia, de fato, como um bom parâmetro para avaliar a potencialidade de o Estado brasileiro assegurar este modelo, o que pressupunha garantir mecanismos de inclusão sociais realmente eficientes, de âmbito ampliado. Florestan Fernandes, de certa forma, conclui que a democracia viabilizadora

da mobilidade social, por mecanismo de acesso aos bens e riqueza produzidos pela sociedade moderna, evidencia um viés “racial” de difícil solução no Brasil, principalmente, por ser um problema negado.

A perspectiva do autor é formulada a partir de uma abordagem econômico-política que deu um novo rumo ao debate na época, o qual tendia a fortalecer o modelo brasileiro como uma sociedade sem discriminação, de convivência pacífica e plena entre diferentes grupos étnicos. A partir dali, o reconhecimento do conflito se fortalece e chega até os dias atuais. Portanto, a importância de uma reação dos negros ao discurso da amabilidade e tolerância foi importante do ponto de vista do autor e evidencia que este problema está colocado há muito tempo no Brasil. O apelo ao conceito de raça foi importante para o fortalecimento do próprio grupo e denúncia do problema. Mas o seu fundamento em preceitos biológicos fragilizou com o tempo o argumento e encontra muita resistência nas ciências atualmente.

Outro problema que fragiliza mais esta perspectiva é o debate da luta para a afirmação da identidade indígena e as iniciativas de um movimento próprio para a garantia dos direitos desta população, que até há pouco tempo, pelo nosso ordenamento, era considerado incapaz juridicamente, não sendo resguardado o seu direito à cidadania. Neste caso, a contribuição de Florestan Fernandes não seria de grande impacto, pois a sua abordagem trata da expectativa de grupos populacionais de inclusão, no contexto urbano-industrial que pressupõe uma integração a este universo, por meio do mercado de trabalho, diretamente. Esta não foi claramente uma aspiração dos indígenas no Brasil.

É curioso observar que também no interior do movimento indígena surgem impasses quanto às formas de “enquadramento” de grupos diferenciados entre eles e as iniciativas de cunho técnico-científico em tipificá-los. São inúmeros os grupos étnicos; entretanto, há uma tendência em homogeneizá-los, a partir de um fenótipo “tipo índio” e com base em modelos do século XIX. O debate sobre a sua identidade étnica estabelece

outros parâmetros, mas de qualquer forma, coloca um problema do ponto de vista institucional, baseado numa identidade nacional a ser constituída. Como é ser brasileiro na perspectiva da miscigenação e o quanto cada um dos grupos assinalados, como partícipes deste quadro, contribuiu efetivamente para a sua afirmação e como deve ser daqui em diante. Certamente, ainda não encontramos respostas claras quanto a estas indagações, mas elas estão na base de muitas ambiguidades expressas pelas políticas públicas que tentam normatizar estas demandas.

A principal ambiguidade está relacionada com o conceito de raça e os seus antecedentes biológicos. Entretanto, a sua utilização cada vez mais, do ponto de vista analítico, cai em desuso, é contestado na base explicativa e dificilmente poderá ser utilizado sem contestações imediatas como um recurso para explicações do fenômeno de formação de identidades étnicas. Não se pode afirmar o mesmo no campo das relações de gênero.

O conceito de sexo e gênero

A controvérsia quanto à determinação biológica na constituição da identidade de gênero está na origem de sua própria afirmação enquanto campo temático e tem semelhanças com o debate sobre a identidade étnica no que se refere à consolidação de uma ordem democrática e à concepção de cidadania. O movimento feminista que apresenta o problema e denuncia a situação de opressão da mulher na cultura androcêntrica ocidental, no primeiro momento, fez apelo às diferenças biológicas entre os homens e as mulheres, resgatando um corpo próprio, diluído na estrutura masculina de um corpo idealizado e representado como o padrão e ideal de perfeição da natureza humana – o corpo do homem. Entretanto, o que provoca este “despertar” das mulheres que se organizam enquanto grupo de identidade, foram os ideais do Iluminismo, que propõe a igualdade do indivíduo, a partir de uma nova ordem a ser garantida sobre os direitos resguardados pelo modelo representativo de governo.

Acompanhado desta ideia de indivíduo estavam os valores máximos da liberdade e autonomia, preceitos interditados às mulheres, cuja manifestação como indivíduo era praticamente inexistente. Nesse momento se igualavam aos escravos. Apesar de sua participação em ações que antecederam a Revolução Francesa e ao longo de sua consolidação, empunhando as suas bandeiras, a inclusão das mulheres nesta nova ordem não se verificou. Este processo implicava em mudanças profundas de valores e impulsionou a sua articulação no combate ao esvaziamento de sua participação no espaço público e político. Portanto, as aspirações de emancipação como cidadãs foram frustradas pelas barreiras colocadas pelo novo regime que se restringiu a uma democracia com critérios androcêntricos e patrimoniais.

A partir da evolução do movimento feminista, coloca-se no centro deste debate a viabilidade da mulher como indivíduo autônomo, cuja expressão da vontade deve ser livre. Um veio inicial desta discussão se abre a partir de reflexões sobre a natureza de homens e mulheres e a própria antropologia física corroborou para uma concepção “científica” sobre estas diferenças, de modo a reforçar a inferioridade da mulher em relação ao homem, confirmando uma hierarquia com base em avaliações fisiológicas e anatômicas que desde a filosofia antiga já se delineava. O argumento que fundamenta a hierarquia tem assertivas biológicas, reproduzindo o que foi observado no debate sobre as diferenças étnicas.

A introdução da noção de gênero neste campo de ação é uma resposta a estas abordagens de cunho biológico, pois ressalta as implicações culturais do que se conforma como masculino e feminino em diferentes culturas. É um contraponto para a concepção de sexo, que no início do movimento feminista foi enfatizado, exatamente, pela necessidade de marcar a diferença em relação ao homem e começar pelo reconhecimento da individualidade da mulher, a partir do reconhecimento do seu próprio corpo. Instaura-se um movimento permanente e ambíguo, pois ao mesmo tempo em que afirma

a diferença em relação ao homem – um corpo próprio com base em uma matriz biológica, reivindica a igualdade do ponto de vista social e político – igualdade de condições, equiparando-se ao homem como cidadã. Novamente, surge com força neste campo de investigações e práticas a dicotomia biológico-cultural que tensiona as ciências sociais desde o início.

O movimento feminista, quando evoluiu para uma discussão sobre relações de gênero em oposição à condição exclusiva da mulher – indivíduo do sexo feminino –, estabelecendo uma perspectiva relacional quanto ao fenômeno da hierarquia entre homens e mulheres na sociedade ocidental, se afasta da argumentação biológica quanto a este fenômeno. E, começa uma intensa disputa no interior do próprio movimento quanto à matriz explicativa mais condizente com a estratégia da luta política que implicava na afirmação da cidadania feminina. O ponto de inflexão colocado por parte da militância é o que pressupõe a ação política: estabelecimento de um sujeito com identidade própria, consciente de sua condição e a partir daí, capaz de resistir à opressão. No caso, nesta perspectiva inicial do feminismo, o opositor era o homem, considerado biologicamente superior e preparado para exercer o domínio ou tutelar a mulher, um ser inferior, incapaz de julgamento próprio.

A introdução do conceito de gênero além de relativizar o determinante biológico como uma via de mão única e enfatizar a influência cultural no comportamento de homens e mulheres tira o foco da condição feminina exclusivamente. O conceito implica em uma perspectiva relacional em que o feminino é estabelecido a partir do que é constituído como masculino culturalmente e vice-versa. Portanto, coloca em debate a necessidade de agir sobre a condição masculina para reverter o quadro androcêntrico da própria cultura, a partir do momento que estes comportamentos não são determinados pela biologia. Entretanto o sexo, na sua dimensão biológica é base de construção simbólica do que se representa como masculino e feminino em todos os grupamentos humanos. A partir

daí, considera-se que para compreender o fenômeno da hierarquia de gênero e consequentes discriminações é necessário recorrer permanentemente à interseção entre a esfera biológica e cultural para explicar o comportamento de homens e mulheres e, principalmente, avaliar capacidades e desempenhos.

Algumas vertentes do movimento feminista mostraram-se insatisfeitas com o rumo destas observações, argumentando que ignoravam o impacto da supremacia masculina na organização da sociedade vigente em toda a sua intensidade, destacando a evidente vulnerabilidade da condição da mulher. Mantinham, assim, reivindicações e ações que fortalecessem a sua autoestima e políticas eficazes de combate à discriminação e à violência contra a mulher, considerando que esta seria uma etapa anterior a qualquer consideração da condição masculina na sociedade. Baseiam a sua avaliação em situações evidentemente desvantajosas para as mulheres, bem marcantes na sociedade contemporânea, como a inserção desigual no mercado de trabalho, a violência contra a mulher, as oportunidades educacionais etc. Esta controvérsia ainda está presente no debate, apesar de existirem algumas iniciativas no sentido de favorecer uma desconstrução da mentalidade androcêntrica, dirigida especialmente aos homens, no âmbito da própria política pública⁶.

Talvez, nessa peculiaridade da elaboração do conceito de gênero – o seu aspecto relacional, salientando o cultural, mas não eliminando o seu determinante biológico, o sexo, para compreender os significados conferidos ao masculino e ao feminino, na sociedade ocidental –, esteja a principal diferença entre a discriminação de gênero e a discriminação étnica. Talvez, seja aí também que se estabeleça a brecha que permite que ainda seja possível argumentar-se com tanta desenvoltura “científica” os determinantes biológicos das diferenças de aptidões e desempenho entre homens e mulheres, como já não ocorre, com tanta facilidade, para as características étnicas.

Neste campo, o feminino é considerado o contraponto do masculino. Para se estabelecer

enquanto um fenômeno fundamental para a constituição da identidade é necessário que exista uma simbologia associada a um e a outro. E, conforme Scott, a relação de gênero pode ser considerada a primeira experiência com uma estrutura de poder diante da qual o indivíduo está submetido. “O gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (Scott, 1990, p. 16).

Não se constituem desta forma as hierarquias no campo das relações étnicas. A relação de poder neste campo não se definiu historicamente, em um primeiro momento, entre indivíduos de “olhos azuis ou olhos castanhos”, com base nestas características em si mesmas, mas entre mais fortes e mais fracos, mais capazes na arte da guerra e na conquista de territórios, onde a cor da pele ou características físicas foram contingentes. Daí, a partir de uma relação entre vencedores e vencidos, se estabeleceu uma relação de domínio e força que implicou, inclusive em práticas de servidão e escravidão. Entre estes povos já se observava uma distribuição de lugares e atividades diferenciada por sexo na organização coletiva, o que os estudos históricos e antropológicos destacaram. A hierarquização de “aptidões femininas e masculinas” foi o fenômeno observado com mais atenção pelos estudos de gênero a partir do surgimento do movimento feminista, o que indicaria que as relações entre homens e mulheres foram marcadas por uma hierarquia anterior que permanece com preceitos muito semelhantes, ainda hoje.

Houve avanços na rejeição da utilização de fundamentos biológicos para a compreensão das relações étnicas, mas ainda estão presentes no campo das relações de gênero. A valorização de um modelo relacional entre o feminino e o masculino como constituinte de uma identidade fundamental, tem possivelmente a influência de linhas psicanalíticas no campo temático, o que é objeto de alguns questionamentos, mas estabelece parâmetros importantes para esta

discussão⁷. O fato do modelo relacional, isto é, para existir uma mulher é preciso existir um homem, ser considerado um elemento para a constituição da identidade feminina e masculina enquanto uma experiência pessoal, não encontra paralelo na questão étnica⁸. Este é o ponto que merece destaque em uma abordagem que explore a interseção entre estes campos temáticos – gênero e etnia, o que parece não ser muito explorado nas áreas de estudo ou de ação política que as agregam.

O modelo liberal de um sistema democrático de governo norteou as discussões e propostas de superação da desigualdade social desde a Revolução Francesa, enfatizando a importância da educação neste processo, favorecendo posteriormente a universalização do ensino em nível fundamental. O acesso a este recurso foi uma bandeira importante de todos estes movimentos sociais que expressaram as demandas das chamadas “minorias”. A mobilidade social tem como um de seus pilares a ampliação da formação educacional que, por meio da qualificação para o trabalho, permitiria o aumento da renda *per capita* e melhores condições de vida em uma perspectiva coletiva. Os obstáculos verificados para a inclusão destes grupos acima considerados – mulheres e negros – no sistema educacional foi um indicativo das dificuldades enfrentadas por estes movimentos para mudar o quadro de dependência, subserviência e discriminação a que foram submetidos historicamente. A lentidão da aplicabilidade de medidas que favorecessem o acesso de mulheres e negros à educação e a reprodução de critérios segregacionistas neste universo ilustram esta ambígua área de atuação governamental. Entretanto, é possível observar mudanças significativas entre as políticas públicas consoantes com estes temas, ao longo dos últimos vinte anos no Brasil.

Gênero e sexualidade

A distinção entre gênero e sexualidade foi bastante explorada e analisada nos textos, cujo reconhecimento acadêmico está confirmado nos estudos deste campo temático: Scott (1990);

Nicholson (2000); Louro (1998); Sorj e Heilborn (1999). Gênero não é “sinônimo” de sexualidade, mas as construções relativas às práticas sexuais estão inscritas nas relações de gênero que revelam símbolos que socialmente vão “conferindo forma” às diferenças que ilustram o feminino e o masculino em culturas diversas. Por sua vez, estas diferenças vão demarcar lugares, influenciar atitudes e práticas determinadas, no exercício do prazer sexual definido como feminino e masculino, a partir de corpos que “funcionam” de forma diferente, na sua interface com o campo biológico. Daí surgem termos como passivo e ativo, romântico e “sexualizado”, demarcando-se territórios muito rígidos e identidades muito fechadas para homens e mulheres. A estas demarcações se opõem algumas correntes de estudos, contrárias aos enfoques binários (homem/mulher; homossexual/heterossexual), pois sustentam que estas representações que constroem significados para o masculino e feminino, transitam permanentemente entre uns e outros sujeitos de sexos diferentes.

O debate neste campo teórico provoca um questionamento dos lugares, das práticas sociais, políticas e econômicas, ampliando a possibilidade de ação para indivíduos de ambos os sexos em várias dimensões da vida cotidiana. Entretanto, como as mulheres vem, historicamente, se apresentando numa situação mais vulnerável diante dos mecanismos de poder instituídos, medidas de apoio à sua autonomia – como as políticas de ação afirmativa, no campo do trabalho e da política e, algumas mais timidamente, no campo da educação – foram aplicadas. Uma das medidas mais conhecidas no Brasil, apresentadas recentemente, conforme mencionado antes, foi a publicação dos PCNs, em 2000, cuja parceria com a área da educação foi estratégica na abordagem do problema do gênero como uma possível política afirmativa nesta área, visto que coloca em debate o problema da hierarquização na relação entre meninos e meninas, apontando situações desfavoráveis para estas últimas e o problema da autoestima (Silva, 2007).

Muitos pesquisadores das relações de gênero tendem a rejeitar os PCNs, criticando o enfoque priorizado – o da sexualidade –, em

detrimento do enfoque do gênero e uma leitura biologizante do tema, o que vem sendo intensivamente questionado. A proposta neste sentido tenderia a reduzir o problema e colaborar para reforçar a diferença entre meninos e meninas com base no enfoque biológico, localizado genitalmente e essencializar comportamentos por meio de um discurso naturalizante das diferenças. Se, por um lado, esta citação insinua uma crítica à naturalidade do corpo através da afirmação de variações culturais, por outro, ao final do trecho, a sexualidade é reinscrita como um invariante histórico, uma entidade natural que perpassaria todas as culturas ainda que se manifeste nestas de formas diferentes. Ainda que o documento admita manifestações diversificadas da sexualidade, ele não problematiza a categoria sexualidade sob o ponto de vista de sua constituição histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias, como homossexualidade e heterossexualidade.

Apesar das críticas revelarem a importância de uma reflexão com base nos estudos de gênero e o avanço no questionamento do modelo binário no trato deste problema, faz-se necessária uma análise do fracasso da incorporação dos temas transversais nos PCNs pela ótica dos professores e algumas reflexões mais cuidadosas por parte dos pesquisadores do gênero, diante desta perspectiva. O que tem sido observado no estudo desenvolvido e, particularmente, na experiência com o material educativo é que tem sido muito difícil acionar alguns mecanismos de equidade de gênero na escola por falta de condições de trabalho e não propriamente de interesse dos professores.

De qualquer forma, entre os pesquisadores, é necessária uma releitura da proposta dos PCNs, considerando a realidade precária de muitas escolas, mesmo nas regiões mais urbanizadas e desenvolvidas como os grandes centros, quiçá as regiões mais empobrecidas do país. Os professores dão aulas em mais de uma escola, têm vínculos empregatícios precários, dividem-se entre turmas numerosas com faixas etárias diferenciadas e realidades muito adversas à capacitação continuada. Entre as exigências de aprovação

dos alunos com deficiências anteriores, estatísticas cansativas a serem concluídas, preparo de aulas, dramas sociais de muitas famílias que frequentam a escola, com quadros de violência doméstica, agressões locais, como discutirem relações equânimes entre homens e mulheres por meio da grade curricular? (Silva, 2007).

Os PCNs também lançaram o debate sobre o multiculturalismo no Brasil como um tema transversal no ensino fundamental. É possível observar uma direção diferenciada destes, em comparação com as políticas de ação afirmativa étnico-racial dos últimos anos no país. Os PCNs, na ocasião de seu lançamento, revelaram uma preocupação dos gestores em implantar a política relacionada ao multiculturalismo por meio de instrumentos educacionais de forma descentralizada. Foram consideradas as diferenças regionais do país que apresenta características étnico-raciais muito diversas nos grupos populacionais, distanciando-se de uma tendência registrada nas ações mais recentes relacionadas às políticas de ação afirmativa étnico-racial que destacou a situação dos negros no país, por meio da proposta do Estatuto da Igualdade Racial.

As polêmicas e controvérsias que cercaram este documento indicaram o nível de tensão que estas iniciativas institucionais que interferem em “demarcações étnicas”, ainda provocam no Brasil. Medidas têm sido propostas de forma mais explícita na ocupação de vagas no mercado de trabalho e estas polêmicas estão muito distantes da superação. As formas classificatórias estabelecidas para levantamento de dados referentes a características étnico-raciais têm revelado a dificuldade dos gestores em lidar com estas novas ideias e programas, cuja adesão de empresas e organismos privados, o Estado brasileiro tem incentivado. As formas classificatórias que integram, definitivamente, a variável sexo entre os levantamentos de dados e cadastros para elaboração de perfil de empregados sob as diferentes modalidades de cruzamento de informações ainda enfrentam dificuldades. É muito comum, ainda, a subutilização da informação sobre o sexo do indivíduo na

organização, particularmente, as que estão associadas ao mercado de trabalho, perdendo-se muitas vezes um conjunto de dados importantes para compreender a trajetória profissional por sexo, do ponto de vista do gênero, na estrutura do emprego.

Desenvolvimento sustentável – o novo viés econômico e seu impacto no debate sobre as políticas de gênero e etnia

Apesar das críticas e ponderações sobre a viabilidade do desenvolvimento sustentável no debate contemporâneo em âmbito nacional e internacional é importante reconhecer um fato: houve alterações significativas no mercado e no perfil do consumidor nos últimos 20 anos que revelam uma mudança de paradigma, do ponto de vista econômico, que interfere nas formas de inserção e captação de mão de obra para o mercado de trabalho. A emancipação da mulher ao longo do século XX, particularmente na cultura ocidental, repercutiu em um quadro funcional muito diferenciado em diversas áreas profissionais. Tratando-se de uma realidade imersa na economia de mercado, onde a lógica da produção de bens e serviços tem prevalecido, oscilando entre o discurso da inclusão social, da ascensão social e da possibilidade de acumular patrimônio em patamares elevados, é necessário considerar algumas controvérsias deste modelo para compreender a sua interlocução mais imediata com as políticas de gênero e etnia.

A partir das iniciativas da ONU, conforme apontado anteriormente, define-se uma agenda internacional que inclui diversos temas: da erradicação da pobreza e meio ambiente à proposta de estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (meta 8). Esta meta provoca o debate sobre o endividamento de países em condições de IDH muito precário, impondo a necessidade de um compromisso conjunto para realização de acordos que permitam alavancar as suas economias, o que implica negociações com credores. Nesta perspectiva, o envolvimento de empresas e de instâncias que tratavam dos interesses comerciais internacionais

foi inevitável. Este processo resulta em um discurso que enfatiza a responsabilidade coletiva na garantia da justiça social, para o que concorre o IDH mais equilibrado. Deste ponto de vista, essa responsabilidade não se limitaria ao Estado, o que indica mudanças significativas no trato das questões sociais.

Houve uma “convocação” clara da participação das empresas e da sociedade civil nas ações para fortalecimento da justiça social e um afastamento do modelo do Estado de Bem-Estar, que estabelece esta instituição como a principal ou única executora de ações que garantam o acesso aos bens essenciais na sociedade contemporânea. Segundo esta concepção, o modelo do “Estado mínimo” transferia para a sociedade civil e organismos do campo econômico, a responsabilidade do enfrentamento da questão social. Esta controvérsia tem lugar ainda hoje, quando vários embates surgem nas tentativas de afirmação das parcerias público-privadas (PPPs), em projetos que visam o desenvolvimento econômico e social, o que vem sendo alvo de regulação permanente, limitando-se o Estado a uma função fiscalizadora ou controladora, restringindo-se a sua ação executora de políticas sociais. Estes fatos impactaram nas ações empresariais e no surgimento de inúmeras organizações não governamentais que, frequentemente, orientam as suas ações a partir desta agenda internacional com base nas metas do milênio estabelecidas pela ONU.

Outra abordagem é a do desenvolvimento sustentável, concepção que se distingue do desenvolvimento social, mas vem sendo intrinsecamente articulado ao mesmo. O desenvolvimento sustentável pressupõe um crescimento econômico que não comprometa o meio ambiente (muito associado ainda à preservação de riquezas naturais, circunscritas a matérias-primas essenciais à sobrevivência humana), o que se tornou tema paulatinamente incorporado às ações empresariais, principalmente, a partir do lançamento das metas do milênio, constituindo-se a sétima meta lançada na agenda global. Hoje, não é possível propor ações para impulsionar o crescimento econômico sem considerar

impactos ambientais, principalmente, pela afirmação de uma legislação específica que vem sendo negociada entre países, intermediada pela ONU. Apesar de inúmeros conflitos e das limitações observadas para que estes preceitos sejam implantados, conforme evidenciam os últimos embates entre as organizações que defendem o meio ambiente e o governo brasileiro, as leis ambientais fazem parte, definitivamente, de um marco regulatório para o desenvolvimento associado ao desenvolvimento social.

Este debate, certamente, está associado à articulação entre PIB, PIB *per capita* e IDH. A mudança na agenda global revela nova forma de compreensão do desenvolvimento que, a partir das metas estabelecidas, não deve ignorar os índices de desenvolvimento humano que tratam de ações no campo social. É possível perceber que os enfoques quanto a este problema ainda diferem bastante. Percebe-se uma avaliação especificamente empresarial quanto ao problema da questão social, associada à erradicação da pobreza, que centra o seu argumento na geração de empregos, a partir do aumento da produção de bens e serviços e privilegia índices que estão mais associados à infraestrutura para impulsionar o desempenho econômico e a produtividade. A partir desta perspectiva enfatiza a importância da participação do Estado nestes investimentos para viabilizar uma produção sustentada.

Há uma tendência (quase “natural”) de empresários e economistas enfatizarem os preceitos econômicos para projetar avanços no desenvolvimento social, destacando a possibilidade de maior empregabilidade, o que depende de investimento em infraestrutura que permita expandir o parque industrial, o que favoreceria o foco no PIB. Estas medidas levariam, inevitavelmente, a melhores condições de vida, caso as políticas de distribuição de renda permitissem uma base para consumo que retire a população dos níveis limítrofes quanto à pobreza extrema e, ao mesmo tempo, “aqueçam o mercado interno”. O enfoque daqueles que atuam com as políticas sociais mais diretamente tende a valorizar as medidas que superem as condições

sub-humanas de existência, valorizando mais o IDH, estimulando iniciativas mais diretas sobre a pobreza, o que, frequentemente, favorece ações vinculadas a políticas de assistência social. A ação com base em uma articulação permanente entre os índices PIB-IDH ainda está em construção e revela o potencial de avanço da perspectiva de responsabilidade social das empresas e da expansão desta lógica no mercado de trabalho.

Entretanto, também permite observar as lacunas ainda existentes para que esta associação seja incorporada definitivamente por todos os agentes envolvidos neste processo, considerando as dificuldades analisadas na formação profissional. Entre as oito metas do milênio lançadas na década de 2000⁹, quatro delas estão diretamente vinculadas ao tema gênero, sendo que as demais, em suas interfaces e propostas de ação mais específica nas “forças-tarefas” da ONU fazem menção à importância da inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma digna e do acesso à educação, vinculando o problema da pobreza à condição feminina em várias regiões do mundo (Silva, 2007).

A inserção destes temas relacionados ao projeto – gênero e etnia – surge neste contexto econômico, tendo em vista a iniciativa de um organismo internacional como a ONU que, certamente, teve impacto em muitos países. A mudança dos paradigmas econômicos com base nestas premissas mais humanitárias revela interlocutores que atuam ou se aproximam destes organismos propondo uma nova forma de estruturar a economia global.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo a maioria. Às vezes, a ausência de liberdade substantiva relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba

das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade (Sen, 2000, p. 18)¹⁰.

Na perspectiva das oito metas do milênio lançadas no começo dos anos 2000, a vulnerabilidade da mulher e de muitos grupos étnicos discriminados tornaram-se um problema importante a ser superado com urgência para efetivar o desenvolvimento de uma região, cujos esforços internacionais se concentrariam na meta 8 – estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. As evidências de maior precariedade das condições de vida das mulheres e dos filhos sob a sua guarda, assim como as crescentes denúncias de genocídio em diversas regiões do planeta, impulsionaram projetos e convenções internacionais que propuseram ações de proteção e fortalecimento destes grupos. Entre os grupos etnicamente discriminados, em conflitos armados, em cenário de guerra civil, mulheres e crianças são os que sofrem mais intensamente a violência.

Muitos destes projetos tinham como objetivo favorecer a sua autonomia econômica, facilitando o acesso à educação, qualificando-os para a inserção no mercado de trabalho em condições mais competitivas ou oferecendo oportunidades para desenvolvimento de aptidões que lhes permitissem ter uma vida digna e ascender econômica e socialmente. Este processo foi constituído, mas se reconhece que muitas culturas ainda impedem mulheres de frequentar a escola, apresentam um índice acentuado de violência contra

mulheres e crianças do sexo feminino e segregam diferentes etnias na organização social.

Neste sentido, as ações sobre estes grupos foram incentivadas pelo organismo internacional que sistematizou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e têm estimulado ações permanentes, de caráter estrutural e que favoreçam mudanças definitivas neste cenário. Diversas são as possibilidades de ação e diversos os projetos executados a partir desta nova lógica apoiada pela ONU, que tem interferido na lógica das organizações empresariais, cuja preocupação não escapa ao Estado brasileiro, particularmente, quando lança diferentes propostas de políticas públicas relacionadas com estas temáticas.

Do ponto de vista econômico existem divergências quanto a esta tendência, embora seja reconhecida a importância do deslocamento do PIB para o IDH, em paradigmas de desenvolvimento. Algumas escolas econômicas, particularmente, aquelas que sediam uma crítica permanente ao modelo capitalista de produção de bens e serviços, consideram que o argumento de Sen é frágil diante da lógica desigual “por natureza” do sistema econômico, que se estrutura sobre estas bases.

Ninguém pode ser contra as tradicionais reivindicações básicas de saúde, educação, condições de moradia dignas, dentre outras. Diante da desumanidade natural do capitalismo como o conhecemos, essas são reivindicações mínimas para que, pelo menos, as pessoas possam existir. Por outro lado, como são elementos básicos que não são fornecidos naturalmente pelas regras de mercado, é muito clara a necessidade do provimento desses elementos básicos para a existência humana por parte dos Estados ou de organismos internacionais, com recursos oriundos da acumulação de capital, muitas vezes, retirados a fórceps de empresas que relutam em dar uma parte de seu excedente para isso, e hoje criticam e fazem *lobby* político forte para acabar com o Estado de Bem-Estar, muitas vezes, impedindo os Estados nacionais de atuarem em prol da dignidade social mínima das pessoas.

Portanto, ninguém em sã consciência poderia criticar Amartya Sen por suas posições no

sentido de prover esses elementos que ele denomina como cerceadores da liberdade individual e que garantem aos indivíduos oportunidades e possibilidade de escolha. É indiscutível que garantem um mínimo de cidadania em um mundo onde a existência social, pelo mercado, depende da participação dos indivíduos enquanto mercadoria. Essa reivindicação nada mais é do que a reafirmação, talvez esquecida em uma fase histórica de neoliberalismo radical, dos próprios direitos humanos – segundo o autor, são direitos mais morais do que jurídicos (Sen, 2000) – que pressupõe, no mínimo, a liberdade do indivíduo como propriedade de si mesmo, o direito à propriedade mínima, que lhe garanta, pelo menos, as condições mínimas para dispor da única coisa que possui, si mesmo, com capacidade de, quem sabe, encontrar um preço no mercado para poder tornar-se alguém.

Mas, por outro lado, quando se vê um autor defendendo princípios presos em uma concepção de natureza humana e a uma realidade histórica tão distante, tem-se a impressão de que se está diante daquele tipo de ciência que “arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de premissas aceitas axiomáticamente, tudo o mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade” (Arendt, 1996, p. 523) (cf. Sawaya, 2004).

A disputa das escolas de pensamento e o embate de seus modelos de desenvolvimento permanecem sendo importante considerá-los na delimitação do problema a ser investigado no projeto de pesquisa ora apresentado. Entretanto, será destacado o que apresentam em comum: a valorização da garantia dos direitos fundamentais na perspectiva dos direitos humanos universais. Não há divergência quanto à exigência destes parâmetros como premissa de qualquer iniciativa de âmbito nacional ou internacional para superar o problema da pobreza e garantir o desenvolvimento econômico desejável em patamares dignos, na economia global. O que está em discussão, provocando uma nova abordagem quanto às tendências mais recentes na direção da internacionalização dos mercados, é

o que Sen, criticamente, reconhece como uma provável “ocidentalização” da economia e, não, exatamente, a sua globalização. Isto evidencia diferenças culturais no estabelecimento do mercado global que não podem ser ignoradas, a não ser ao custo de importantes avanços que já foram conseguidos até o momento.

Para concluir, a confusão de globalização com ocidentalização não é somente a-histórica, como, também, desvia a atenção dos muitos benefícios potenciais da integração global. A globalização é um processo histórico que ofereceu no passado uma abundância de oportunidades e recompensas e continua a fazê-lo hoje. A simples existência de grandiosos benefícios potenciais é que torna a questão da justiça na divisão dos benefícios da globalização tão criticamente importante. O ponto da controvérsia não é a globalização em si, nem o uso do mercado como instituição, mas a desigualdade no equilíbrio geral dos arranjos institucionais – que produz uma divisão muito desigual dos benefícios da globalização. A questão não é somente se os pobres também ganham alguma coisa com a globalização, mas se nela eles participam equitativamente e dela recebem oportunidades justas (Sen, 2010, p. 31).

Na disputa de modelos econômicos, o papel do Estado é outro ponto controverso e o âmbito de sua atuação tem sido objeto de debate permanente em todos os fóruns atualmente. Há um consenso quanto à sua função reguladora e fiscalizadora, surgindo diferenças quanto ao seu alcance ou limite institucional em sistemas democráticos e sua responsabilidade como executor de políticas públicas.

O papel crucial dos mercados não torna as outras instituições insignificantes, mesmo em termos dos resultados que a economia de mercado pode produzir. Como tem sido amplamente demonstrado por estudos empíricos, os resultados de mercado são massivamente influenciados por políticas públicas em educação, epidemiologia, reforma agrária, estabelecimentos de microcrédito, proteções legais apropriadas etc.; e em cada um desses campos, há ainda muito a fazer por meio da ação pública, o que pode alterar

radicalmente o resultado de relações econômicas locais e globais (Sen, 2010, p. 28).

A política pública voltada para a educação é sempre apontada como uma ação estratégica para o desenvolvimento de um país. Erradicar o analfabetismo, assim como ampliar o acesso ao ensino superior tem sido objeto de campanhas frequentemente divulgadas e apoiadas em âmbito nacional e internacional e, particularmente, no Brasil. Entretanto, é importante observar como este acesso é vivido se maneira diferenciada por pessoas do sexo masculino e feminino e pessoas pertencentes a grupos étnicos discriminados na sociedade, o que revela formas desiguais de vivenciar a cidadania para homens e mulheres, pessoas de nacionalidades e/ou etnias discriminadas no mesmo território nacional. Estes fenômenos têm origem nos processos acionados pelas hierarquias de gênero e étnico-raciais, cuja fundamentação foi exposta anteriormente. A argumentação busca evidenciar a relevância teórico-metodológica do estudo para a compreensão destas políticas e seu potencial de redução das desigualdades sociais. Não pode, contudo, ignorar alguns impasses que têm se estabelecido no campo escolhido para análise e um deles é o resultado delas no mercado de trabalho.

As políticas públicas e os organismos internacionais no Brasil

Uma das “frentes” apoiada pelas políticas públicas no Brasil, foram as ações afirmativas para negros nas universidades brasileiras, objeto de investigação no projeto de pesquisa anterior, cuja análise é tratada no relatório apresentado. Outra iniciativa do Estado brasileiro dirigiu-se inicialmente às empresas estatais e propôs ações no interior do mercado de trabalho. É o caso do Programa Pró-equidade de Gênero, lançado em 2005, tendo repercussões no meio empresarial brasileiro e, atualmente, intitulado Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Outra iniciativa, muito debatida ao longo destes anos, foi o Estatuto da Igualdade Racial que foi aprovado como lei em 2010 e estabeleceu uma forma de

classificação por cor, agregando tipos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem diferenciado como o preto e o pardo, por exemplo. Este documento também propõe intervenções no mercado de trabalho. Surgiram diferentes organizações que têm como objeto de ação as mulheres e seus filhos, ampliando-se significativamente o âmbito de atuação profissional nas políticas de gênero e etnia, tanto em nível nacional como internacional.

Em 2010, foi criada a ONU Mulheres, um organismo que concentra as ações para as mulheres e meninas de forma mais sistemática, conferindo maior visibilidade para o problema e o enfrentamento mais eficaz de sua vulnerabilidade. O fenômeno da feminização da pobreza é destacado, assim como o da violência contra a mulher. Muitos projetos são propostos no sentido de fortalecer a sua autonomia, e a estratégia tem sido investir na educação e favorecer a inserção no mercado de trabalho de forma mais qualificada. O problema tem sido articulado às características étnicas que estas mulheres apresentam, pois as hierarquias de gênero frequentemente, estão associadas às hierarquias e disputas étnicas de poder. Nesse sentido, o organismo internacional busca uma interlocução com instituições governamentais e/ou parceiros nas corporações empresariais para promover a cidadania plena das mulheres.

Ao reconhecer o impacto da feminização da pobreza e seus resultados trágicos em grande parte da população mundial, pois a mulher ainda assume o encargo de cuidar dos filhos, particularmente nos primeiros anos de vida, dedica-se a superar este problema. Portanto, grande parte dos recursos e investimentos de organismos com as características da ONU, é alocada em projetos que visem enfrentar a pobreza extrema e garantir um modelo de desenvolvimento econômico e político que assegure as liberdades individuais. Entretanto, o debate sobre as relações de gênero evidenciam que os avanços no estabelecimento de uma sociedade mais justa e democrática têm encontrado a barreira do machismo, do mundo androcêntricamente organizado, o que atinge mulheres

em diferentes estratos socioeconômicos. Este processo tem impacto tanto em mulheres de baixa renda como sobre aquelas que pertencem a estratos sociais mais elevados, cuja condição socioeconômica permite o acesso ao ensino superior e competem mais qualificadamente no mercado de trabalho.

O potencial de ação no campo da educação

A permanência da concentração por sexo em alguns cursos universitários em oposição a outros, surpreende bastante se considerarmos o patamar que as políticas de gênero têm alcançado no país e externamente. Muito pouco tem se debatido sobre este perfil dos graduandos na universidade. Ignora-se o fato da concentração por sexo em cursos específicos impactar no perfil de empregados de determinada empresa ou instituição e, conseqüentemente, determinar uma lógica de gênero na estrutura do trabalho. Este fato ocorre tanto nas atividades menos qualificadas como naquelas que são resultado de uma formação de nível superior. As publicações que tratam deste tema no âmbito da educação são pouco incorporadas na formação de professores, assim como ocorreu com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre as décadas de 1900 e 2000. Talvez algumas dificuldades conceituais abordadas no início do projeto já tivessem sido superadas se este debate fosse considerado mais relevante, nestes estágios de formação educacional, pelos profissionais da área. Essa lacuna fica evidente no âmbito da formação profissional no âmbito do ensino superior, onde uma percepção da escolha da carreira por determinações culturais, relacionadas à condição de gênero, é completamente subestimada.

Nesse sentido, quando se compara as expectativas de desenvolvimento econômico mais recente, na qual a desigualdade entre os sexos é considerada um problema a superar, e a situação encontrada nos cursos universitários (concentração por sexo acentuada em alguns cursos), negligenciada como um tema relevante, detecta-se um obstáculo a ser reconhecido e enfrentado mais rapidamente. O fato da implantação

de políticas afirmativas para negros na universidade ter sido realizado com mais visibilidade do que esta discussão anterior, relacionada com a distribuição por sexo nas carreiras profissionais, é outro ponto que estimulou a apresentação do presente estudo, pois, antes de enfrentado um problema que surge no mercado de trabalho – a desigualdade por sexo –, introduziu-se uma ação sem qualquer articulação com o debate anterior. São problemas semelhantes – a discriminação de pessoas e grupos –, mas conceitualmente diversos.

Este fato também dificulta a avaliação de sucesso desta política pública – o das políticas de ação afirmativa para negros na universidade – no mercado de trabalho, pois, em geral, estas trajetórias estão associadas à inserção por sexo nas carreiras universitárias e aos graus de prestígio conferidos às mesmas no *ranking* das profissões. Não considerar estas hierarquias no campo do conhecimento e habilitações técnicas favorecerá avaliações de taxas de sucesso no mercado de trabalho distorcidas, pois deixa de relacionar variáveis importantes neste quadro. Caso acrescentasse o problema relacionado às classificações por cor/raça, analisados anteriormente, a possibilidade destas distorções se agrava.

Resolver este problema (o da desigualdade de acesso por sexo e cor) no âmbito do mercado de trabalho por meio de políticas públicas que motivem ou impulsionem instituições e empresas a compor mais equilibradamente os seus quadros funcionais, como algumas iniciativas governamentais vêm procurando fazê-lo, provocam esta análise referente à articulação entre a universidade e o mercado de trabalho. Do ponto de vista da formação mais qualificada, quem adquire um título universitário tem mais chances de progredir na carreira profissional e ascender socialmente. As diferenças de sexo e cor/raça seriam minimizadas, ou inteiramente superadas, por meio de uma série de critérios isentos e com base no conhecimento e aptidões que as instituições de ensino e formação profissional viabilizariam. Entretanto, as pesquisas têm indicado as desigualdades por sexo e cor nas trajetórias profissionais de forma muito acentuada, o que

tem propiciado propostas governamentais para superar este quadro no mercado de trabalho e, inicialmente, nas empresas estatais.

Foi o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero em 2005. O Estatuto da Igualdade Racial apresenta apoio à políticas de ação afirmativa para negros no mercado de trabalho. Conforme apontado nas considerações sobre o desenvolvimento econômico, estas medidas são consoantes às iniciativas que vêm sendo estimuladas pelos organismos internacionais para que os países apresentem IDH mais elevado. O Brasil tem acompanhado este ritmo e vem buscando se inserir nestas propostas, com iniciativas no campo do gênero, assim como no campo das relações étnico-raciais, com preponderância para a população de baixa renda. O projeto tem interesse em observar como estas trajetórias estão se dando em situações que tendem a “neutralizar” ou enfraquecer a determinação socioeconômica no estabelecimento de hierarquias de gênero e etnia. A formação profissional favorece esta estratégia, pois o que fundamenta a estrutura de um grupo profissional é o conhecimento específico e científico, a princípio, independente de determinações por sexo e cor/raça. Entretanto, a dinâmica do mercado de trabalho revela diferentes trajetórias por sexo e cor com predominância de homens brancos em áreas de atuação mais prestigiadas e com salários mais atraentes.

Concluindo com mais indagações: o impulso permanente da busca de significados

Com base nestas premissas, e considerando o fato de encontrar estas diferenças por sexo e cor/raça nos cursos universitários, surgiu o interesse em investigar como o mercado de trabalho pode resolver as disparidades de sua mão de obra quanto a estas variáveis, se independe de seus mecanismos o perfil do candidato que concorre a determinadas vagas no ensino superior. Isto é, como o mercado de trabalho vai admitir mais mulheres e negros em cargos de maior prestígio se as vagas preenchidas nas universidades ainda revelam concentração por sexo em alguns cursos, cuja lógica de “honra e distinção” ainda está

ativa? Como resolver o problema da demanda dos programas governamentais e organismos internacionais de maior equidade nas empresas por sexo e cor, se a demanda por cursos universitários tem revelado uma lógica de distribuição de vagas por sexo e cor?

Por que a pesquisa no âmbito das carreiras profissionais de formação de ensino superior? Por que elas apontam mais probabilidades de romper com situações de submissão em relações que envolvem o gênero e discriminações étnico-raciais. Conforme a condução da ONU Mulheres, o “empoderamento” das mulheres deve ter como estratégia “o mundo dos negócios”. Ela se estende desde as mulheres alocadas em atividades do setor de construções como pedreiras, eletricitistas etc. até as mulheres executivas assumindo cargos de comando do mais alto nível da hierarquia empresarial. Certamente, a principal diferença entre elas, no caso da trajetória profissional é a qualificação que apresentam. As mulheres com um número maior de anos de estudo e certificação universitária se inserem em melhores condições de trabalho do que as mulheres que se habilitarão para atividades menos prestigiadas. Entretanto, isto não significará que na competição com pares masculinos, conseguirão concorrer em igualdade de condições no interior do mercado de trabalho ou da empresa, mais especificamente. Este é o ponto controverso que tem sido objeto de discussões nos organismos internacionais e tem motivado programas como o Pró-Equidade de Gênero nas empresas brasileiras. Devido às representações sociais associadas ao comportamento de gênero, o investimento na carreira tem sido *a priori* considerado secundário para muitas mulheres executivas, por parte de gerências e gestores que, sequer perguntam claramente sobre as expectativas destas mulheres ao ingressarem na empresa.

Desta forma, a oferta de um cargo que implica em muitas viagens, o treinamento em outro estado, o curso de pós-graduação de dedicação intensa é “naturalmente” oferecido para um colega do sexo masculino, em detrimento até mesmo do tempo de serviço que a mulher já tenha completado no setor. Estes são acontecimentos que se

repetem no ambiente de trabalho, sem que esta lógica limitadora de potencialidades seja reconhecida ou até mesmo identificada, pois há uma tendência em “naturalizar” estas antecipações de expectativa por gênero nas empresas. O que está deixando de ser averiguado é se estas expectativas “padronizadas” já estão sendo fortalecidas na formação profissional, muitas vezes, diante das especializações conduzidas por preceptores ou professores que, comumente, sem ter muita clareza da sua influência sobre os alunos, reproduzem estereótipos por sexo e cor. Este processo tem início na educação de nível fundamental e tem prosseguimento no ensino médio. Os PCNs foram propostos para reverter este quadro, mas não conseguiram ser bem sucedidos, pois sua discussão foi interrompida.

O estudo, sobre o qual este texto está baseado, pretende abordar o problema do ponto de vista do profissional que conclui um curso universitário e se insere no mercado de trabalho, isto é, analisar o impacto destas políticas em medidas que, por meio de uma percepção da lógica do gênero e determinações étnico-raciais, impulsionem uma inserção mais vantajosa para grupos discriminados historicamente na sociedade. Como desdobramento de estudos anteriores, o procedimento a ser privilegiado é o da análise de grupos que têm escolaridade de nível superior e a sua inserção no mercado, observando trajetórias por sexo e características fenotípicas que revelem o risco de algum tipo de preconceito por cor no ambiente corporativo empresarial. Portanto, será priorizado o levantamento de dados referentes a grupos que conseguiram concluir um curso universitário de nível superior.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares. *In: Estudos Feministas*. v. 19, n. 2/2001. Florianópolis: UFCS/CFH/CCE, 2001.
- _____; AYOUB, E., AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?” *In: Revista Estudos*

Feministas. V. 19, n. 2/2011. Florianópolis: UFCS/CFH/CCE, 2011.

ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAUJO, I. M.; JACOB, C. L.; BORSOI, I. C. F. Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 19, n. 3/2011. Florianópolis: UFCS/CFH/CCE, 2011.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARON, R. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005.

BARBUJANI, G. *A invenção das raças: existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito racial*. São Paulo: Contexto, 2007.

BELTRÃO, K. I.; NOVELLINO M. S. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.1).

_____. *Acesso à Educação: diferenciais entre os sexos*. Texto para discussão, n. 879. Ipea, 2002.

BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BIDDULPH, S. *Por que os meninos são diferentes: e como ajudá-los a se tornarem pessoas felizes e equilibradas*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2002.

BOLTANSKY, L. *Les Cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Editions de Minuit., 1982.

BAUDOX, C.; ZAIDMAN, C. *Égalite Entre Les Sexes: Mixite et Democratie*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1992.

BONELLI, M. G. *Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Campinas, 1993.

_____. Apresentação: autonomia profissional como singularidade do profissionalismo. In:

Teoria e Pesquisa, n. 40 e 41. Programa de Pós-Graduação Universidade Federal de São Carlos. Jan/Jul. 2002.

BOSI, M. L. M. *Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997..

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Ofício de Sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, A. A. (org.). *Cotas Raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: LPP - DP&A, 2007.

BENHABIB, S.; CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BRUSCHINI, M. C.; RIDENTI, S. G. U. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

_____; OLIVEIRA, A. C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

COELHO, E. C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLLIN, J. *L'histoire de la profession pharmaceutique au quebec au xxe siecle: une analyse du rapport entre les transformations de la pratique et la feminisation du corps professionnel*. These du doctorat en Histoire. Quebec, 1991.

COLIN, D. R. A.; FOWLER, M. B. *Loas: lei orgânica da assistência social anotada*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

DALL'ALVA-SANTUCCI, J. *Mulheres e médicas: as pioneiras da medicina*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

- DELGADO, D.; CAPELLIN, P.; SOARES, V. (orgs). *Ações Afirmativas, mulheres e mercado de trabalho*. São Paulo: Elas/Boitempo, 2000.
- DUNN, L. C. e DOBZHANSKY, T. H. *Herança, Raça e Sociedade*. São Paulo: Pioneira Editora, 1962.
- ELLIOT, P. *Sociologia de las Profesiones*. Colección de Ciencias Sociales. s/l: Tecnos, 1975. Serie de Sociologia.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- FERRAND, M. A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina. In: *Revista Estudos Feministas*. Out. 1994. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 1994.
- FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M. (orgs). *Bio-combustíveis – fonte de energia sustentável?: considerações jurídicas, técnicas e éticas*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREIDSON, E. *Professionalism: the third logic*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- FRY, P. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUNCK, S. B.; WIDHOLZER, N. *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIAMBIAGI, F; PORTO, C. (orgs.). *2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- _____. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O polegar do panda*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HENRIQUES, R.; BARROS, R. P. M. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- JUNQUEIRA, E. B.. Mulheres Advogadas: espaços ocupados. In: *Tempos e Lugares de Gênero*.
- KAMEL, A. *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KING, J. C. *The biology of race*. Revised Edition. Los Angeles: University of California Press, 1981.
- LAQUEUR, T. *Making Sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 1995.
- LARSON, M. S. *The rise of professionalism: a sociological analysis*. University of California Press.
- LOURO, G. L. *Prendas e Antiprendas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____; FRY, P. *Divisões Perigosas*. Rio de Janeiro: RCB, 2007.
- MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

- MARUANI, M.; HIRATA, H. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac SP, 2003
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I e II. São Paulo, 1982.
- _____; ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d.
- MONTEIRO, J. M. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MILL, J. S. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Ed. Escala, 2006.
- NICHOLSON, L. “Interpretando o gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 2000.
- PAIXÃO, M. J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- PUPPIN, A. B. Mulheres em Cargos de Comando. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (orgs.). *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.
- PREUSCHOFF, G. *Criando Meninas*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2003.
- PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: Estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: LPP - DP&A, 2007.
- POLLACK, W. *Meninos de verdade: conflitos e desafios na educação de filhos homens*. São Paulo: Alegro, 1999.
- REVISTA MENTE & CÉREBRO. Ed. Especial, n. 6, 2006.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas o Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROSEMBERG, F. Educação formal e mulher: Um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SAWAYA, R. R. *Liberalismo humanista: Amartya Sen e o desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/388/1/81/>>. Acesso: 12 mar. 2012.
- SCHWARCZ, L. K. M. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira*. V. 3. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999.
- SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Temas-chave do século XXI. In: SEN, A.; KLINSBERG, B. (orgs.). *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. SEN, Amartya e KLINSBERG, Bernardo (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” In: *Educação e Realidade*, v. 16, 1990.
- _____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SCHOPENHAUER, A. *A arte de lidar com as mulheres*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- SEYFERTH, G. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- SHILLS, E. *O apelo da educação: a ética acadêmica e outros ensaios sobre educação superior*. Bauru: Edusc, 2001.
- SILVA, N. V. Algumas observações sobre a graduação em Ciências Sociais e o treinamento no Laboratório de Pesquisa Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. In: *Série Estudos Ciências Sociais*. UFRJ/IFCS, n. 4, 1994.
- SILVA, D. P. M. “As possibilidades de ação do trabalho social no campo da responsabilidade social: alternativas no campo do gênero”. In: *Revista Serviço Social e Realidade*, v. 18, n. 1. Franca: 2009.
- _____. *Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida*. Encontro Anual da Anped. GT 23, 2007.
- _____. “Identidades no espaço universitário: gênero e etnia”. In: *Interseções: Revista de*

Estudos Interdisciplinares. Ano 9, n. 2, Rio de Janeiro: Uerj, 2007.

_____. *Relações de gênero no campo profissional da medicina*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1998.

_____. *Relações de gênero no campo profissional da Medicina*. In: SILVA, D. P. M. (org.). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: Uerj/ Nape, 1999.

_____. “Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola”. In: *Revista Gênero*. v. 8, n. 1, 2. sem. Niterói: Eduff, 2007.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SORJ, B.; HEILBORN, M. L. *Estudos de Gênero no Brasil*. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira*. v. 2. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999.

TEIXEIRA, M. P. *Negros na universidade: trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

_____; BRANDÃO, A. P. *Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso, dados preliminares*. Niterói: Eduff, 2003.

TENÓRIO, F. G. (org.). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THERBON, G. *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAS BÔAS, G.; MAIO, M. C. *Cor, discriminação e identidade social*. In: *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

WAJNMAN, S.; LEME, M. C. S. *Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo*, In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

Documentos

Plano Nacional de Políticas para Mulheres/SPM – 2008.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça/Secretaria de Políticas para as Mulheres - 2011-2012.

Estatuto da Igualdade Racial - Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural; orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Lei 5.346/2008 - Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências.

Lei n. 6.067, de 25 de outubro de 2011 - Reserva de vagas para negros e índios nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos/RJ.

Revistas/Periódicos

RELATÓRIO ATIVIDADE INSTRUMENTAL EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS EM GÊNERO E ETNIA. Proiniciar/Subreitoria de Extensão e Cultura/Uerj, 2006/2007. Coordenação Dayse de Paula Marques da Silva.

Notas

- 1 Texto retirado da proposta para estudo desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em seleção promovida pela instituição para fixação de pesquisadores por meio de Programa de Dedicção Exclusiva – Prociência, 2012.
- 2 Vide polêmica, em 2007, com James Watson, o Prêmio Nobel em Medicina de 1962. Ele afirmou que os negros eram menos inteligentes que os brancos. Houve reação imediata em repúdio à sua declaração, com vários líderes, organizações e governos de projeção internacional condenando a sua afirmação.

³ Em 1996, um grupo de trabalho americano e outro israelense descobriram que um gene, denominado *novelty-seeking*, o gene da busca pela novidade, codificador de certo receptor para dopamina, parece ser o responsável pela atenuação da noção de perigo. (...) Nossos medos são, então, perfeitamente compreensíveis, mas datados. No entanto, o cérebro não é capaz de se acostumar ao cálculo “moderno” e abstrato de probabilidades. A revista *Mente & Cérebro* publicou os seguintes títulos: “Desde a infância meninos e meninas comportam-se de forma diferente”; “Homens e mulheres não só pensam de maneira diversa como separam de modo desigual as tarefas cerebrais” e “Tanto no homem como na mulher, o estrogênio influencia diferentes capacidades cognitivas”. (*Revista Mente & Cérebro*. Ed. especial, n. 6, 2006).

⁴ O polêmico trâmite do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, no Brasil, encaminhado pela Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Governo Federal, evidencia a força destas controvérsias, ainda hoje.

⁵ É importante lembrar que os pressupostos metodológicos sustentados pela antropologia física no século XIX, apesar de persistirem por muito tempo nas ciências sociais, foram questionados, ainda na primeira metade do século XX por antropólogos que apontaram as suas limitações e denunciaram o seu etnocentrismo, a começar com Franz Boas. Contemporaneamente, poderia ser incluído Clifford Geertz. Portanto, é necessário reconhecer que os registros das lacunas destas argumentações não se devem apenas aos avanços da genética, mas aos próprios pesquisadores do campo que destacaram os determinantes culturais na formação dos próprios estudiosos e a sua influência na distorção da interpretação dos dados biológicos (Sodré, 1999).

⁶ O governo federal lançou um programa de saúde dirigida ao homem, de prevenção do câncer de próstata e consta no plano nacional da Secretaria Especial de Políticas para

Mulheres (SPM), uma ação dirigida aos homens agressores, nos casos de violência doméstica, na perspectiva do cumprimento da Lei 11.340, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha.

⁷ Scott (1990, p.15).

⁸ Para existir um negro, não precisa existir um branco ou o mesmo para outras classificações de tons da pele de forma que se estabeleça uma identidade pessoal equilibrada com base em uma premissa relacional entre dois seres humanos, a não ser a partir de um pressuposto relacionado com a tolerância entre diferentes, não para existirem enquanto um “ideal” de identidade conforme um modelo preestabelecido. Existem enquanto seres humanos autônomos, em qualquer região do mundo, a partir do ideal iluminista que fortalece a concepção de indivíduo.

⁹ 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 - Atingir o ensino básico universal; 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental e 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/>>. Acesso: 13 mar. 2012.

¹⁰ Amartya Sen recebeu o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998 e suas ideias tem influenciado bastante este debate. As suas pesquisas e considerações o levou a proposição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na perspectiva do desenvolvimento econômico, agregando-o às preocupações com o acúmulo do Produto Interno Bruto (PIB) dos países.

Dayse de Paula Marques da Silva*

* Doutora em Sociologia e graduada em Serviço Social.